



Turismo - Visão e Ação
ISSN: 1415-6393
ISSN: 1983-7151
luiz.flores@univali.br
Universidade do Vale do Itajaí
Brasil

TURISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Tácio Aires Ferreira, Paulo; Tadeu Boscolo Pacheco, Reinaldo

TURISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Turismo - Visão e Ação, vol. 24, núm. 2, 2022

Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261071874007>

DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v24n2.p340-359>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

TURISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP

Tourism, social movements and cultural heritage in the city of São Paulo/SP

Turismo, movimientos sociales y patrimonio cultural en la ciudad de São Paulo / SP

Paulo Tácio Aires Ferreira 1

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, Brasil

paulotacio@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3518-7392>

DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v24n2.p340-359>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261071874007>

id=261071874007

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco 1

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, Brasil

repacheco@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2578-801X>

Recepción: 05 Noviembre 2021

Aprobación: 11 Febrero 2022

RESUMO:

Em São Paulo é possível observar grupos que pleiteiam direitos por meio de ocupações de espaços públicos. No ano de 2020 a cidade (e todo contexto planetário) viveram a incidência da pandemia da COVID-19, a qual provocou uma crise sanitária sem precedentes afetando também profundamente o espaço público e as atividades de turismo. Neste sentido, e diante deste contexto, esta pesquisa objetiva analisar as narrativas construídas por movimentos sociais, coletivos e ativistas a respeito da cidade, e como estes grupos têm *agenciado* o turismo em seus discursos e práticas. Esta pesquisa se estrutura como um trabalho exploratório, descritivo e interpretativo com base em referencial teórico e metodológico da antropologia urbana. Por meio de incursões etnográficas têm possibilitado compreender a complexa articulação de ativistas, coletivos e movimentos sociais e como estes têm agido em relação a muitas atividades, entre tantas, o turismo. Mediante a muitos encontros destes grupos sociais e toda sua construção dialógica de saberes sobre a cidade e o turismo, tendo em vista também suas influências históricas de movimentos sociais em seus territórios, percebe-se a existência de uma multiplicidade de ideias, práticas e projetos, produzindo percepções distintas sobre a atividade de turismo na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, movimentos sociais, patrimônio cultural, São Paulo.

ABSTRACT:

In São Paulo, it is possible to observe groups claiming rights through the occupation of public spaces. In the year 2020, the city (and the entire global context) experienced the incidence of the COVID-19 pandemic, which caused an unprecedented health crisis that also profoundly affected the public space and tourism activities. On this point, and in this context, this research aims to analyze the narratives constructed by social movements, collectives and activists about the city, and how these groups have managed tourism in their discourses and practices. This research is structured as an exploratory, descriptive and interpretive work based on the theoretical and methodological framework of urban anthropology. Through ethnographic incursions they have made it possible to understand the complex articulation of activists, collectives and social movements and how they have acted in relation to many activities, including tourism. Through the many meetings of these social groups and all their dialogic construction of knowledge about the city and tourism, also considering the historical influences of social movements in their territories, it is possible to notice the existence of a multiplicity of ideas, practices and projects, producing different perceptions about the tourism activity in the city.

KEYWORDS: Tourism, social movements, cultural heritage, São Paulo.

RESUMEN:

NOTAS DE AUTOR

1 Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

1 Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

En São Paulo, es posible observar grupos que reclaman derechos a través de la ocupación de espacios públicos. En el año 2020, la ciudad (y todo el contexto global) vivió la incidencia de la pandemia COVID-19, que provocó una crisis de salud sin precedentes que también afectó profundamente el espacio público y las actividades turísticas. En este sentido, y en este contexto, esta investigación tiene como objetivo analizar las narrativas construidas por los movimientos sociales, colectivos y activistas sobre la ciudad, y cómo estos grupos han gestionado el turismo en sus discursos y prácticas. Esta investigación se estructura como un trabajo exploratorio, descriptivo e interpretativo basado en el marco teórico y metodológico de la antropología urbana. A través de incursiones etnográficas han permitido comprender la compleja articulación de activistas, colectivos y movimientos sociales y cómo han actuado en relación con muchas actividades, incluido el turismo. A través de los múltiples encuentros de estos grupos sociales y toda su construcción dialógica de saberes sobre la ciudad y el turismo, considerando también las influencias históricas de los movimientos sociales en sus territorios, es posible notar la existencia de una multiplicidad de ideas, prácticas y proyectos, produciendo diferentes percepciones sobre la actividad turística en la ciudad.

PALABRAS CLAVE: Turismo, movimientos sociales, patrimonio cultural, São Paulo.

INTRODUÇÃO

Teresa Caldeira (2011) analisando os padrões de crescimento que a cidade de São Paulo adotou nos últimos quarenta anos, adverte que os condomínios fechados, caracterizados por muros altos, contribuem para a segregação social e decorrem do medo da violência. Tal fato é tão influente que ela julga determinar até mesmo os trajetos comuns das pessoas pela cidade.

No que tange ao estágio atual de São Paulo, observando a interface entre turismo e planejamento da cidade, Luís Severo Soares (2015, p. 242) entende que o turismo tem sido observado como “um novo negócio para as cidades que querem vender a experiência que atrai ou valoriza os negócios que sua centralidade pode gerar”. O urbano, neste caso, é o principal insumo do mercado no século XXI, até mesmo mais que a cidade, como aponta Ana Fani Carlos (2015, p. 61). Assim, além de uma cidade de muros, conforme apontado por Caldeira (2011), tem-se também uma cidade de negócios (Carlos, 2015; Soares, 2015).

Thiago Allis (2012) se debruça sobre os projetos urbanos influenciados pelo capital financeiro os quais operam em São Paulo e todas as suas relações com o turismo urbano. Allis (2012, p. 236) salienta a importância de superar a explicação de que esta cidade seja vista apenas pela ótica do turismo de negócios, o que afugenta outras experiências de viagens. Na verdade, esse componente também contribui para um planejamento urbano que pouco dialoga com o público em geral e pouco considera inúmeros grupos sociais na formulação de políticas públicas, criando diversos elementos de segregação.

Por outro lado, David Harvey (2014) demonstra exemplos de manifestações que antagonizam as desigualdades produzidas pelo capitalismo, especificamente protagonizadas por movimentos sociais urbanos. O autor cita diversos exemplos — de Nova York, Londres e La Paz, entre outros — que questionam o modelo urbano vigente e se posicionam, em alguns casos, como anticapitalistas. Além de protestar, tais movimentos efetivamente buscam alternativas para superar as desigualdades, a concentração de riqueza e os danos ambientais que o capitalismo impõe (Harvey, 2014).

Harvey (2014) enaltece a apropriação dos espaços pelos corpos “rebeldes”, transformando-os em “comuns políticos”, lugares para debates e discussões, instrumentos muito mais eficazes do que a “tagarelice sentimental do Twitter e Facebook” (HARVEY, 2014, p. 281). Muitas vezes essas ações acontecem em lugares ainda não consolidados das estruturas sociais. Assim, os indivíduos questionam e propõem novas formas de organização social e política (Gohn, 2014, p. 12).

Nos últimos anos, temos visto um aumento progressivo de ocupações do espaço público na cidade de São Paulo. Embora os movimentos não sejam novidade em São Paulo, é evidente o crescimento recente de grupos sociais engajados em muitas atividades. Na contramão da especulação imobiliária, da crescente onda de condomínios fechados, dos *shoppings*, ou mesmo projetos urbanos que privilegiam a lógica neoliberal, surgem movimentos sociais, coletivos e ativistas que pretendem ocupar espaços públicos superando a inércia ou imobilismo do cotidiano, se colocando na disputa da narrativa pelo “direito à cidade”.

Importante mencionar que autores como Harvey (2014) apontam que até mesmo a ideia de direito à cidade está em disputa. Assim “tudo depende de quem vai lhe conferir significado” (Harvey, 2014, p. 20). Os sem-teto irão reivindicar seus direitos, mas empreiteiros também pleiteiam o seu quinhão nos diz Harvey (2014, p. 20). Agier (2015) concordando com Harvey (2014) também aponta e destaca esse esvaziamento no conceito de “direito à cidade” (Agier, 2015, p.483). Assim, Agier (2015) propõe entender que a cidade é essencialmente feita de movimento. A cidade é dinâmica, e vê-la sobre o espectro da normatividade nos incorre a congelá-la, e com isso faz passar despercebido suas dinâmicas e mudanças constantes (Agier, 2015, p.484).

O conhecimento construído sobre e na cidade é bastante diversificado sendo produzido por diversos grupos que a habitam. Agier (2015, p. 491) aponta que o “fazer-cidade deve ser entendido como um processo sem fim, contínuo e sem finalidade”. Para este autor o fazer-cidade é uma declinação pragmática do “direito à cidade”. O fazer-cidade na perspectiva social, político e cultural evidencia formas de agir urbano que gera efeitos nos quais encontramos o direito à cidade, onde cidadãos podem ter “direitos de estar ali e levar uma vida urbana” (Agier, 2015, p.493).

Este trabalho se justifica por contemplar um tema de certo modo novo, ou seja, as experiências recentes de movimentos sociais na cidade de São Paulo e seu entrelaçamento com o lazer e turismo. Como lembra Pronovost (2011, p. 106), a participação política é um elemento importante para o entendimento das práticas de lazer, pois, partindo desse espectro, é possível entender quais conflitos se desdobram. Para Pacheco (2016, p. 96) o lazer é um dos elementos sociais que auxilia a moldar a identidade dos sujeitos. Deste modo é importante observar os conflitos que se desdobram por meio das atividades de turismo, bem como, por outro lado, observá-lo igualmente como mais um possível mediador na construção social dos sujeitos que praticam tal atividade.

A partir da problemática apontada, é possível descrever, ainda que preliminarmente, possíveis relações entre o turismo e os grupos sociais envolvidos em ações coletivas. É necessário perceber a importância dessas questões, que vão ao encontro da busca da cidadania e devem ser entendidas pelo ângulo social e cultural, para além de ver o turismo apenas como um elemento de desenvolvimento econômico. De maneira resumida, pensar sobre esses atores e essas demandas em uma cidade que ostenta grandiosidade pode ser um ponto de partida para a reflexão que se propõe. É possível que as estratégias de ação política utilizadas por tais grupos, em muitos casos, além de auxiliar nas possibilidades de se construir uma cidade mais humana, tendo em vista suas narrativas construídas a partir da experiência em seus territórios, podem ser interessantes para pensar o desenvolvimento e o planejamento de turismo e lazer que valorizem essencialmente os aspectos sociais e culturais.

ENQUADRAMENTO: TURISMO, MOVIMENTOS SOCIAIS E PATRIMÔNIO CULTURAL

Podemos também perceber a importância de outros grupos, distribuídos pelos rincões da cidade, atuando em diversas frentes na construção de políticas de lazer, na promoção de desenvolvimento local tendo a cultura na maioria das ações, mas aparecendo recentemente o turismo em suas pautas. Deste modo, alguns tem acionado o turismo com diferenciadas maneiras de se olhar a atividade, seja para usufruí-la como ferramenta de desenvolvimento local, adaptá-la às suas realidades ou mesmo questioná-la em alguns casos.

Para efeito de enfoque considero dois grupos de destaque nestes meus percursos iniciais. Estes coletivos são a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) e o Grupo Ururay. Conheci o Grupo Ururay em 2014, quando fui assistir a um seminário promovido pelo próprio coletivo no Centro Cultural da Penha, na Zona Leste de São Paulo. Com a REPEP estabeleci contato no ano de 2015 no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo, Casa da Dona Yaiá, centro de São Paulo, quando fui convidado por uma artista visual para participar de uma reunião da rede. De lá pra cá mantive contato com alguns membros destes coletivos e participei de cursos, palestras, seminários, reuniões, exposições, festas como no

Largo do Rosário (bairro da Penha, Zona Leste), atividades educativas como a Jornada do Patrimônio, estas duas últimas promovidas pelo Grupo Ururay.

O Grupo Ururay é um: “coletivo de indivíduos interessados na preservação do patrimônio cultural da região Leste de São Paulo” (Duarte, Costa, Darviche, 2017, p. 196). O grupo vem promovendo eventos culturais e discussões que se conectam com o turismo de base comunitária e turismo social, estabelecendo parcerias com atores locais, ou mesmo com instituições, como o Serviço Social do Comércio (SESC) (Almeida; 2016; Martins, 2016). Este coletivo realiza ações em muitos bairros da Zona Leste de São Paulo, como São Miguel Paulista e Cohab 1. No bairro da Penha realizam atividades educativas e festividades onde estabelecem conexões com movimentos culturais históricos da região, caso do Movimento Cultural Penha. O nome Ururay é uma referência ao aldeamento São Miguel de Ururai (Santos, 2018).

A REPEP se constitui como uma rede aberta determinada a discutir assuntos relacionados às práticas e teorias do tema educação patrimonial. Seus integrantes são oriundos dos vários segmentos na área de cultura e educação, historiadores, geógrafos, arquitetos, cientistas sociais, que trabalham na rede de ensino público, em prefeituras, órgãos de preservação, museus, universidades públicas e privadas, estudantes e também integrantes de movimentos sociais. Por meio de grupos de trabalho a REPEP, vem atuando difusamente pela cidade, dialogando com muitos movimentos sociais, caso da Comunidade Cultural Quilombaque e Agência de Turismo Queixadas que possuem suas sedes no bairro de Perus, Zona Noroeste de São Paulo.

De maneira resumida, pensar sobre esses atores e seus litígios em uma cidade que ostenta grandiosidade pode ser um ponto de partida para a reflexão que se constrói. É possível que as estratégias de ação política utilizadas por tais grupos, em muitos casos, além de auxiliar nas possibilidades de se construir outra cidade, podem ser interessantes para pensar criticamente o turismo e o lazer.

O atual contexto em que se encontra a sociedade, incluindo a cidade de São Paulo, a pandemia do novo coronavírus, restringiu momentaneamente o acesso ao espaço público e tem causado substanciais impactos sociais e econômicos. Observando os grupos sociais aqui aventados, este artigo objetiva por meio de incursão etnográfica e igualmente das categorias de análise *circuito . trajetos* propostas por Magnani (2002) entender qual o papel dos movimentos sociais de patrimônio cultural na formação do turismo e lazer na cidade.

O turismo na agenda de movimentos sociais urbanos em São Paulo é algo particularmente novo. E como tema de pesquisa a relação destes fenômenos é ainda pouco pesquisada. Pesquisadores têm mencionado diretamente a relação do turismo com movimentos sociais, caso do costarriquenho Núñez (2016; 2017), a quem aponta a importância de ativistas frente a privatização de espaços públicos na Costa Rica; e também do espanhol Milano (2018) que vem estudando movimentos de ocupação que questionam o *overtourism* na Espanha. Todavia, no estudo presente apontamos, para além de criticar a atividade de turismo, como os movimentos sociais se apropriam da atividade e a desenvolvem. Assim mencionamos as observações de Mendonça, Moraes e Catarcione (2016), que ao tratar do turismo de base comunitária, demonstram que este também pode ser visto como um ato de resistência, e estas autoras até consideram-no como um “movimento político, ou movimento social”, tendo em vista sua vinculação às lutas nas quais as comunidades locais estão envolvidas (Mendonça; Moraes; Catarcione, 2016).

METODOLOGIA

Esta pesquisa se estrutura como um trabalho exploratório, descritivo e interpretativo, uma vez que irá deslindar a narrativa de ativistas, coletivos e movimentos sociais envolvidos em ações coletivas na cidade de São Paulo. Nesse sentido, o estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa baseada em uma análise etnográfica aos moldes de Magnani (2002), tendo em vista que o pesquisador se coloca “de perto e de dentro” do cenário a ser estudado.

O recorte abrange especificamente a capital de São Paulo, pois, dada a sua dimensão, observam-se as experiências de sociabilidade supracitadas. Marcus (1995) sugere que para além das pesquisas etnográficas

realizadas em locais únicos, há também a possibilidade de examinar como circulam “significados culturais, objetos e identidades em espaço-tempo difuso” (Marcus, 1995, p. 96). Assim este autor propõe o exercício de uma pesquisa “multi-situada” (Marcus, 1995). O interesse é saber como circulam as pessoas, ideias, objetivos, objetos, ações dos grupos, principalmente às relacionadas ao turismo e lazer tendo em vista que estes não estão presos ou fixos em um determinado local. Igualmente, interessa-me em saber como ocorrem associações, intersecções, tensões e dissensos.

Na esteira do pensamento de Geertz (2012), para além de “saber o que é”, interessa-me “saber o que fazem”. Assim não me limitarei apenas a descrever tais grupos aqui discutidos, mas também relatar o que eles realizam, como constroem narrativas, estabelecem relacionamentos, redes, ações, enfim, como edificam uma ideia de cidade mais democrática. Geertz (2012, p. 19-20) refere-se a cultura como uma “teia de significados e suas análises”. Segundo ele, os objetivos da descrição densa e da teoria interpretativa da cultura são: “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados” (Geertz, 2012, p. 19-20).

Importante mencionar que a pesquisa será feita por via da observação participante, na qual o pesquisador torna-se parte do processo social que está sendo estudado (Veal, 2011, p. 75). Tenho participado de diversas atividades com os grupos mencionados: reuniões, grupos de pesquisa, cursos, debates, ações políticas, caminhadas, mutirões, passeios fotográficos, festas e celebrações, entre outros eventos, as quais são utilizados caderno de campo, máquina fotográfica, câmera de celular e gravador. Em tempos de pandemia, muitas das anotações têm sido feitas pelo programa Word e blocos de nota uma vez que o contato social foi reduzido.

Para articular as orientações teóricas citadas acima com os dados coletados em campo, pretende-se adiante utilizar o método de ciclos de codificação apontados por Saldaña (2009). Para este autor, os códigos nas pesquisas qualitativas são basicamente uma “frase curta que atribui simbolicamente um atributo somativo, saliente, de captura de essência e/ou evocativo para uma parte dos dados baseados em linguagem ou dados visuais” (Saldaña, 2009, p. 3, tradução nossa). O autor entende que, assim como a importância do título para capturar a essência de um livro, os códigos também revelam o conteúdo principal de um determinado dado captado em campo por meio de caderno de campo, entrevista, entre outros.

É importante salientar nesta pesquisa, que ainda há poucos trabalhos de turismo sob aporte da antropologia urbana. No presente trabalho pretendo trazer alguns pesquisadores das ciências humanas que podem contribuir substancialmente ao pensamento crítico do turismo, mormente da antropologia urbana, mas também alguns estudiosos de movimentos sociais da geografia urbana que lançaram mão de exercícios de antropologia compartilhada em seus trabalhos. São eles pela antropologia urbana Magnani (2002, 2013, 2018); Agier (2011, 2015) e pela geografia urbana, as discussões relacionadas ao campo do patrimônio cultural que vem sendo propostas pela professora Simone Scifoni (2014), Nito e Scifoni (2017, 2018).

A cidade passa por processos constantes de transformações. Diversos setores sociais contribuem nestas mudanças. Os serviços, o qual inclui o turismo, possui seu papel nessa relação dialética de sujeitos e objetos na cidade, e certamente, não escapa destas modificações. Neste sentido, o turismo e a cidade compõem uma relação dialética que possui como mediadores diversos atores sociais. Neste trabalho, refiro-me aos movimentos sociais que ao acionarem o turismo, com distintas finalidades na cidade, ativam processos que a transformam, e igualmente transformam a si mesmos, como adverte Harvey (2014). A cidade é movimento permanente, conforme destaca Agier (2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo deste tópico pretendo explicar como os coletivos, por meio de suas conexões, auxiliam a construir a ideia de *circuitos e trajetos*, apontando como o turismo permeia suas narrativas. Também detalho a ocorrência de negociações e conflitos relacionados também ao turismo, assim como discuto o deslocamento das ações presenciais para o espaço remoto, ou seja, o cyberspaço, quando do advento da pandemia da Covid-19. Parte destes coletivos, por atuarem em áreas suburbanas e periféricas, territórios marcados por uma profunda

desigualdade social presente na cidade de São Paulo (assim como no país), tiveram de optar por ações de urgências de seus territórios, ainda que assuntos como patrimônio cultural e mesmo turismo apareceram em seus debates durante a o período de quarentena.

A respeito da análise da cidade, ao contrário de observá-la por um olhar muito aberto, ou seja, muito ampliado, Magnani (2002) sugere que é preciso analisá-la com “um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques [...] de fora e de longe”. Explicando melhor o significado dessa sentença, o pesquisador afirma que, “em vez de um olhar de passagem”, é necessário um olhar “a partir dos arranjos dos próprios atores sociais” (Magnani, 2002, p.18). Considerando o turismo e os atores que fazem parte da investigação nesse contexto, será interessante observar como eles “utilizam seus equipamentos, estabelecem encontros e trocas” (Magnani, 2002, p.18).

É por esse ponto de vista que esta pesquisa pretende trabalhar, pois é mais efetivo partir das perspectivas dos grupos pesquisados para captar padrões e regularidades que mediem o geral e o particular. Cabe lembrar também que a antropologia hermenêutica de Geertz (2012) deixa claro que a interpretação do pesquisador é sempre de segunda mão; a original encontra-se nos grupos pesquisados.

A noção de circuito também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos — possibilitando, por conseguinte, o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos —, porém de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na mancha ou no pedaço. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado (Magnani, 2002, p. 24, grifo do autor).

O autor explica que tal categoria se justifica ao “nomear uma modalidade de relação com a cidade que não se encaixava em formas de co-presença entre ator e espaço” (Magnani, 2018, p. 313). Assim, ela se torna mais interessante para entender a cidade, para além de uma ideia de grupos comunitários: são grupos que circulam, trocam e têm suas controvérsias internas. Não são, necessariamente, totalidades, grupos desprovidos de contradições, como em alguns casos se costuma postular e pensar (Magnani, 2018, p. 328).

Ao que cabe aqui discutir citarei grupos sociais que têm acionado o turismo com diversos propósitos. Em muitos casos o turismo é criticado visto como uma atividade que reforça estereótipos. Mas também muitos grupos veem o turismo como um recurso de desenvolvimento local. Por meio de seus litígios os quais geram muitos conflitos, nos torna possível compreender como estes grupos estão transformando o turismo na cidade.

Neste sentido, questiona-se como o turismo tem sido agenciado nestas ações por ativistas, coletivos e movimentos sociais. Aqui utilizo a expressão agência, no sentido de ação dos sujeitos pesquisados, conforme Magnani e Spaggiari (2018, p. 31), para demonstrar como estes atores criam, estabelecem regras, negociam a atividade de turismo, seja para questioná-la ou para usufruí-la a partir de seus olhares e conhecimentos construídos por meio de suas práticas.

A partir de uma aproximação e participação em atividades tem sido possível visualizar os trajetos e circuitos do ativismo da cidade mais generalistas, para posteriormente possibilitar mais foco ao trabalho, que mira especificamente no turismo e patrimônio cultural. Segundo Magnani (2002, p. 24) circuitos podem se distinguir em um principal, que é mais generalizado, cujo mecanismo conglobera outros circuitos, mais específicos. Importante dizer que esta categoria não se enquadra como um “conjunto fechado” (Magnani, 2002, p. 24). Ambientalistas, ativistas culturais, ativistas pela mobilidade podem se configurar em um possível circuito principal, por exemplo, pelo “direito à cidade”, como constantemente acionam essa expressão, ou “fazer cidade” nos termos de Agier (2015). Mas também podem manter vínculos entre si e/ou serem delimitados por outros recortes. Assim, no circuito do ativismo cultural, é possível percebermos suas inúmeras variações como o ativismo cultural periférico, o circuito de saraus, o cinema marginal, os ativistas de patrimônio cultural, entre muitos. Tal como na questão da mobilidade urbana, isso pode ocorrer com os cicloativistas, os ativistas pela mobilidade a pé; ou no movimento ambiental, como movimentos de revitalização de praças, entre tantos outros.

Ao seguir os trajetos destes ativistas é possível assim distinguir os circuitos (Magnani, 2013). Em primeiro plano, relato os trajetos mais gerais, os quais segui ativistas que praticam e se valem de muitas ações, táticas e estratégias, observando que grupos com distintas demandas compartilham ideias e práticas. Posteriormente, procurarei neste trabalho enquadrar o olhar para o “circuito de ativismo de patrimônio cultural na cidade”. Conforme explicita Magnani (2002, p.23) a cidade “não é um aglomerado de pontos, pedaços ou manchas excludentes”. As escolhas por determinados “trajetos” dependem das distintas escolhas e/ou lógicas que as pessoas fazem (Magnani, 2002, p.23). Os trajetos são caminhos não aleatórios, por assim dizer. Nos trajetos são quando os ativistas tomam as decisões de quais fluxos vão seguir, quais locais vão escolher, sendo que ao mirarmos no circuito as relações irão se complexificar ainda mais (Magnani, 2013, p.61). Procuo seguir os ativistas por meio destes trajetos no sentido de compreender como ocorre a negociação e como é articulada essa circulação.

Muitos locais, como bares, livrarias, praças, ambientes culturais têm se tornado espaços cruciais, pontos de referências e de encontros entre ativistas e coletivos. Certamente, nestes lugares não circulam apenas pessoas, mas também são mobilizadas ideias, ideologias, projetos, ações e muitas outras produções. Como adverte Sheller e Urry (2006, p.209) o “paradigma das mobilidades está amarrado a uma mesma rede de conexões”, e nesta podemos observar como é tecida o ativismo e como se enreda seus articuladores a ela, como nos lembra Geertz (2012) sobre a definição de cultura (Geertz 2012, p. 19).

Cabe deste modo, mencionar espaços, sejam próximos ao centro da cidade de São Paulo, ou em suas periferias, que mostram conexões entre pedaços, trajetos e circuitos (Magnani, 2013). Magnani (2002) nos alerta que os pedaços pressupõem uma referência espacial (assim como a categoria mancha), tendo presença regular de seus membros com códigos de reconhecimento, diferentemente do circuito, onde não ocorre tal ligação contínua (Magnani, 2002, p. 24). No caso do ativismo aqui abordado, os membros dos grupos se reconhecem por diversos motivos que não apenas territoriais, mas também por ideias, valores e orientações políticas.

Coletivos em São Paulo: hackeando o sistema e agenciando o turismo na cidade

Pautas como moradia, saúde, cultura e lazer são demandas dos movimentos sociais urbanos em São Paulo já desde os anos de 1970 conforme Caldeira (2011) e Rolnik (2017). Mesmo no caso do patrimônio cultural, os movimentos tiveram um intenso protagonismo nos anos de 1970 e 1980 conforme aponta Scifoni (2014). Mas é no final da década de 1990 e início de 2000, que a periferia viu aflorar diversos coletivos culturais. Para D’Andrea (2013) os saraus periféricos fazem parte de um grande processo social, ainda pouco estudado, que auxiliou “na ressemantização do termo periferia e de resignificação do fazer político nas periferias” (D’andrea, 2013, p. 26). Deste modo, a cultura passa a ser vista como um importante meio de sustento local e territorial.

Recentemente, outras atividades econômicas têm sido acionadas pelos coletivos, como agroecologia, gastronomia, projetos que envolvem o meio ambiente como a coleta seletiva, finanças sociais, tecnologias digitais. Entre tantas atividades, o turismo surgiu como mais uma alternativa compondo a diversidade de produções por estes grupos sociais. Adiante o turismo iria aparecer nas falas, nas ideias e nas ações de muitos grupos sob arguição semelhante às que levaram a pensar o caso da área cultural.

Coletivos como o Grupo Ururay tem por meio de parcerias com outros grupos, como o Movimento Cultural da Penha, dado destaque ao desenvolvimento local de seus territórios e acionado a cultura via projetos e eventos na Zona Leste da cidade. O grupo tem utilizado o turismo social como prática de suas ações, estabelecendo parcerias, por exemplo, com o SESC São Paulo. Adiante, também passaram a trabalhar com o turismo de base comunitária. Importante dizer que alguns membros de seu grupo possuem formação na área de guia de turismo, assim como também ocorreram diálogos com turismólogos ligados às discussões de turismo de base comunitária.

Por meio do Grupo Ururay conheci em 2018 o Instituto Bixiga, Pesquisa, Formação e Cultura Popular (IB), que se localiza no bairro do Bixiga (distrito da Bela Vista), área central da cidade. Na ocasião fui para ver a exibição do documentário “Territórios de Ururay”, realizado pelo Ururay onde destaca os conflitos relacionados ao patrimônio cultural da Zona Leste. Estes coletivos já dialogavam pela afinidade nas temáticas e intercâmbios em seus territórios de ação. Neste dia também havia diversos integrantes de outros coletivos da cidade, como membros do CPDOC Guaianás, também ligado à memória de bairros da Zona Leste como Lajeado, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus e também uma ativista do coletivo História da Disputa e Disputa da História, que atua na região central, dedicado a discutir a história dos vencidos, tendo debates e a ocupação do espaço público como principal método. Destarte, é possível perceber entre estes grupos conexões entre centro e periferia.

O bairro do Bixiga tem servido de laboratório para muitas discussões, a exemplo do que faz o Instituto Bixiga. No bairro este instituto tem debatido, entre tantos assuntos, o apagamento da história e da cultura negra no bairro. Em maio de 2019, participei do “Rolê SP Territórios Negros no Bixiga: o Quilombo Urbano Saracura”, promovido pelo Instituto Bixiga que compõe seus roteiros pela região no centro de São Paulo. O Instituto Bixiga vem extrapolando suas ações a outros lugares de São Paulo, como a realização de cursos na Cidade Tiradentes. Partindo da ideia do “RolêSP” que geralmente é realizado no centro, seus integrantes passaram a fazer o “partiunquebrada”, em bairros da Zona Leste. A partir desses eventos eles também perceberam uma demanda dos jovens da periferia em querer conhecer o centro de São Paulo. Tais informações foram mencionadas no curso “Espaços de Produções Culturais” realizado pelo próprio Instituto Bixiga no dia 22 de junho de 2019 no Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio.

A REPEP possui diversos grupos de trabalho em distintos bairros de São Paulo e mantém conexão entre si como forma de intercambiar ações. Também estabelecem diversas parcerias com movimentos sociais, como no caso da realização do “inventário participativo de referências culturais” do Minhocão, uma via elevada na cidade que se viu às voltas de um debate polarizado entre sua demolição ou construção de Parque Municipal (Nito, Scifoni, 2018). No inventário é trazido as diversas narrativas e referências culturais de grupos que estão sujeitos à gentrificação do espaço, que pode ser entendida como: “a substituição de classes sociais no local, o enobrecimento das áreas centrais de perfil mais popular” conforme descreve a própria REPEP (2019, p. 14). Frúgoli (2009) explora o conceito de “gentrification” no que diz respeito às mudanças que ocorreram no bairro da Luz, em São Paulo, cujo local vive processos de preservação patrimonial, intervenções urbanas e usos distintos por grupos sociais populares. O autor busca evitar “definições apriorísticas”; mas sim, por meio da etnografia tentar se aproximar de definições mais precisas.

Foi por meio das minhas participações na REPEP que conheci a Comunidade Cultural Quilombaque do bairro de Perus, localizada na Zona Noroeste de São Paulo. Tal articulação com esta comunidade foi mencionada em uma reunião da REPEP, em julho de 2019, por uma de suas integrantes que possui larga experiência como militante no bairro de Perus. Na ocasião ela mencionou que a Comunidade Cultural Quilombaque estava trabalhando com o que chamava de “turismo de resistência”. Tal expressão logo me chamou a atenção e liguei o radar de pesquisador. Curioso pelo tema fui indagar a ela mais a respeito. Importante salientar que o bairro de Perus possui um grande número de movimentos sociais, e mesmo a Comunidade Quilombaque já possui mais de 15 anos de existência atuando principalmente na área cultural.

Em setembro de 2019 a REPEP marcou uma reunião no bairro de Perus. O intuito além de debater as pautas comuns da rede, era também de conhecermos e batermos um papo com integrantes da Comunidade Quilombaque. No dia da visita, ocorria uma aula de cursinho popular com alunos do bairro no espaço da Quilombaque.

A Comunidade Quilombaque refere-se regularmente aos seus saberes como uma extensa produção de “tecnologias sociais”. O grupo vem desenvolvendo e permanentemente renovando suas abordagens educativas que são construídas e reelaboradas no seu território. São muitas as frases que advêm de movimentos de vanguarda do território, como a história dos “Queixadas”, trabalhadores da Fábrica de Cimento Portland

que encabeçaram uma longa greve na década de 1960. De lá legaram a expressão “firmeza permanente”, que diz respeito à resistência pacífica. A própria Quilombaque também se refere a sua prática pedagógica como a sevirologia, vista como uma metodologia que tem como princípio “se virar com muito ou pouco dinheiro” como diz uma integrante do grupo (SESC São Paulo, 2020b). Penso que não se trata de romantizar tal expressão, pois ao mesmo tempo que se aciona a atitude, também aponta as dificuldades (SESC São Paulo, 2020a). Conforme aponta em live promovida pela REPEP, em julho de 2020, um integrante da Quilombaque mencionou que já receberam mais de 30 países (Rede de Paulista de Educação Patrimonial, 2020).

Nos grupos relacionados ao patrimônio além de conhecidas táticas como abaixo-assinados e manifestações públicas, atualmente, seus militantes fazem uso também da produção de inventários participativos, que mesclam participações de técnicos e não especialistas (Repep, 2019). Nito e Scifoni (2018) entendem que a educação patrimonial pode ser também “uma forma de ativismo que toma como tática essencial a educação voltada a colocar em evidência outros patrimônios possíveis, mais próximos do cotidiano e do trabalho das classes populares” (Nito, Scifoni, 2018, p. 84).

Em muitos encontros a expressão turismo na periferia tem sido arrolada nos debates dos ativistas. No Podcast “Turismo e Mobilidades”, coordenado pelo Professor Dr. Thiago Allis, o idealizador do projeto “Caminhada das Quebradas” menciona a importância da afetividade com a paisagem periférica a partir das caminhadas, pois “ali também tem a sua história, tem a sua identidade, ali também pode ser turístico” (Mobilidades na Periferia: Caminhada das Quebradas, 2020). Tal frase dita pelo mesmo coletivo, eu já havia escutado na Semana do Caminhar realizada no SESC Paulista em agosto de 2019 promovida pela Organização da Sociedade Civil, a Organização não governamental Sampapé, liderada por mulheres, que tem como principal bandeira de luta, a mobilidade.

Deste modo, nota-se que o turismo vai sendo incorporado em práticas e discursos de comunidades e territórios em São Paulo. Este acionamento acontece de diversas formas: sendo criticado, como algo que promove esquecimento, reforça estereótipos, imobiliza, promove desigualdades; mas também é visto como mais uma forma de subsistência, partindo de suas experiências locais, encorpando ideias e as intercambiando entre tais grupos.

O conhecimento promovido por meio das redes dos movimentos também tem auxiliado na construção tanto de pequenos negócios, como também de políticas públicas. E deste conhecimento vem surgindo a parceria para a promoção de diversas atividades, como o turismo, que envolvem vários atores, como moradores, pequenos empreendedores, funcionários públicos e universidades. Transformando os seus territórios em espaços de educação pública, utilizando a cultura e também o turismo como mediadores, auxiliando na desconstrução de saberes colonizadores e promovendo cidadania. Freire-Medeiros (2019, p. 166) ao tratar do turismo nas favelas do Rio de Janeiro, também recomenda que podemos nos desprender da imposição da racionalidade técnico-científica para nos fixarmos em análises mais relacionais visando a importância dos saberes comunitários.

Conflitos e negociações

Algumas questões, talvez, apontem como chaves para entender o processo de construção desse conhecimento. Talvez quando observamos sobre formas subjacentes de “resistir” e ter liberdade. Resistir é o coro entoado, mencionados diversas vezes que compõem uma série de locuções adjetivas: como “espaços de resistência”, “espaços de adaptação”.

Por outro lado, uma questão relevante é discutida por Carlos et al. (2017, p. 362), pois diversas pesquisas apontam que não se pode reduzir movimentos sociais à política de confronto, porque nem sempre estão em relação de conflito com os detentores do poder. Em uma sociedade complexa, em algumas ocasiões, eles cooperam com o Estado na implementação de políticas públicas, como adverte estudos de Carlos, Dowbor, Albuquerque (2017). Todavia, muitos ativistas têm pleno conhecimento de que muitas vezes o Estado e o

setor privado dão as mãos de diversas formas, por exemplo via especulação imobiliária, ou pela distribuição desigual de oportunidades de trabalho, de acesso à direitos constitucionais, como educação, saúde, cultura e lazer. Neste sentido, coletivos criam muitas expressões que dizem respeito à prática, que remetem às “ações diretas” ou ao “faça você mesmo”. Não foram poucas às vezes que escutei uma expressão usualmente proferida por ativistas: “a gente tá hackeando o sistema”. É uma frase emblemática que tem se tornado comum nas falas de ativistas da cidade.

Outro conflito que tem sido possível de se observar “de perto e de dentro” são que, em algumas ocasiões, as atividades dos coletivos têm causado estranhamento a alguns profissionais de turismo. Em determinados momentos flagrei críticas ou pequenos apontamentos sobre de quem tem a habilitação profissional para realizar um passeio em um espaço público e conduzir grupos. Ainda que foram poucas as vezes que me deparei com esse conflito, acredito ser interessante investigar esta questão com mais afinco. Em um depoimento escrito nos comentários da Política de Turismo da Cidade de São Paulo no site da Prefeitura Municipal de São Paulo foi escrito o seguinte: “coletivos, arquitetos, historiadores... não são guias de turismo por isso não devem realizar roteiros turísticos pela cidade” (Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2019). A autora se identifica como Guia de Turismo oficial, referindo-se à necessidade de possuir cadastro de prestador de serviços turísticos (CADASTUR) e carteira oficial de Guia de Turismo. E destaca que quem não possui tais documentos são classificados como “piratas”.

Críticas advindas dos coletivos aos guias de turismo também são vistas. O turismo como um “passeio passivo” é por vezes criticado, ao que é sugerido também a fruição mais participativa de seu público. Fica exemplificado em uma fala de uma integrante do coletivo “História da Disputa e Disputa da História” em live promovida pelo SESC em 20 de outubro de 2020. Ao se referir sobre passeios turísticos no centro, ela aponta que turismo histórico ainda é “aquela coisa fechadinha, menos crítica, tanto da pessoa que apresenta, quanto do público que participa”. Na mesma live, a integrante do grupo sugere a importância da corresponsabilidade das pessoas que participam de um evento, tal como é citado um passeio no centro, em que o grupo presente passou a entender que um tipo de passeio como esse “não é passivo, não era apenas uma apresentação” (SESC São Paulo, 2020b).

Ainda, também se observa variadas formas de negociações em que seja possível ver alianças entre estes dois grupos, ou mesmo outros arranjos para que esta situação seja contornada.

A Pandemia: turismo e movimentos sociais confinados

Para além dos grandes capitalistas da área, os pequenos negócios, coletivos e comunidades ligadas principalmente ao turismo de base comunitária, turismo social, tiveram que se organizar para se desvencilhar da chegada do vírus, assim como adveio a preocupação de como iriam sobreviver após a crise que se instalava. Ativistas e militantes passaram a se preocupar com a crise econômica e as possibilidades de fortalecer redes de solidariedade para a salvaguarda destas pessoas.

Redes de apoio e solidariedade às comunidades mais pobres, que bem antes da Pandemia já eram consolidadas, cresceram, agora, principalmente via Facebook, WhatsApp, e demais redes sociais na internet. De início foi perceptível notar que nos coletivos ocorreu um choque geral, evidentemente pela situação ser praticamente nova a toda a humanidade. Entretanto, em seguida, muitas comunidades e coletivos, principalmente os localizados nos bairros periféricos, passaram a atuar como catalizadores de doações, inclusive transformaram seus espaços em pontos de arrecadação e distribuição de alimentos para comunidades de seus territórios, como no caso da Comunidade Quilombaque que cedeu seu espaço para recolher cestas básicas e distribuí-las (SESC São Paulo, 2020a).

Outros grupos passaram a organizar lives com temáticas específicas, caso da REPEP que promoveu debates (via Youtube) e Comunidade Cultural Quilombaque pela Agência Queixadas realizou entrevistas (via Instagram). O Grupo Ururay, por meio de cooperação com seus já parceiros, como a Igreja Nossa Senhora

do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, emplacou o projeto “Valores civilizatórios”, transmitido pelo Facebook.

Acompanhei significativamente de perto o trabalho da REPEP, e mantive relativo contato com o Grupo Ururay. Notei que passaram a estender suas redes, e se articularem em torno de conselhos municipais, de cultura e de patrimônio. Em seguida começaram a tentar retomar espaço nas discussões, ainda que também pela internet, sobre políticas públicas culturais, Plano Municipal de Cultura, Plano Diretor, e outras atividades que tiveram de ser readaptadas, caso da Jornada do Patrimônio, entre outros eventos e discussões.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Pretendemos com este trabalho, a partir do contexto em que se inserem os grupos e coletivos de ocupação do espaço público, refletir como os movimentos sociais *agenciam* o turismo na cidade. Por meio das categorias de análise, *trajetos* e *circuitos* (Magnani, 2002, 2013), seguindo pessoas, redes, objetos, ideias têm possibilitado compreender a complexa articulação de coletivos e movimentos e como estes têm agido em relação ao turismo.

Mediante a muitos encontros destes grupos sociais e toda sua construção dialógica de saberes sobre a cidade e o turismo, tendo em vista também suas influências históricas de movimentos sociais em seus territórios, é possível perceber uma multiplicidade de ideias, práticas e projetos, produzindo percepções distintas sobre a atividade de turismo na cidade. É perceptível que a construção do imaginário a respeito de turismo, lazer e patrimônio cultural neste sentido tem se dado para além da construção acadêmica, ainda que muitos dos integrantes de movimentos sociais advenham de tal meio. Tais ações que ocorrem estão muito longe de serem atos forçados, simulacros da realidade; longe disso, apontam para uma riqueza material e imaterial que nem sempre estão presentes nos manuais e guias de turismo.

É preciso dizer que é preciso que coloquemos os cidadãos da cidade no eixo da discussão do turismo, para que possamos suplantar a ideia hegemônica da rentabilidade do turismo de negócios, os territórios segregados pelos projetos imobiliários, a gentrificação “gourmetizada”, os espaços que dão conta apenas da história oficial, as artes elitizadas e a precarização do trabalho no setor do turismo. Talvez, deste modo possamos pensar sobre outras possibilidades de se fazer e produzir turismo em São Paulo. Considera-se estes pontos como algo indispensável conjuntamente à participação de todos os cidadãos no sentido de construção de políticas públicas, como um caminho mais acertado.

A pesquisa etnográfica baseada nas categorias analíticas estudadas, a saber *circuitos* e *trajetos* requer um tempo maior em campo comparando a outras pesquisas qualitativas. Assim, é importante dizer que o conhecimento prévio do cenário e atores auxilia o pesquisador em seu percurso e melhor compreensão das conexões, redes e regras. Ainda sobre as categorias utilizadas, estas nos mostram diversas possibilidades de aplicação em outros grupos sociais, como por exemplo pensar nos circuitos construídos por guias de turismo de uma determinada cidade; comércios e comerciantes locais de uma determinada localidade e região; artes e artistas periféricos, assim como inúmeros outros contextos. A partir da experiência dos coletivos pode-se entender como estes vão construindo importantes narrativas de seus territórios, tendo em vista que tal construção ocorre por meio de coletividades, sendo este fato importante para que tanto instituições públicas como operadores privados atentem-se ao que estas pessoas dizem e fazem. Sugere-se para pesquisas futuras abordagens que se atentem ao fato de como os movimentos sociais e coletivos urbanos têm lançado mão do turismo em suas agendas em distintas perspectivas para além de apenas contestar a atividade.

REFERÊNCIAS

Agier, Michel. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome.

- Agier, Michel. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, (21)3, 483-498
- Allis, T. (2012). *Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Allis, T.; Vargas, H. C. (2015). *Turismo urbano em São Paulo: reflexões teóricas e apontamentos empíricos*. Revista Turismo em Análise, 26(3), 496-517.
- Allis, T. (2016). *Em busca das mobilidades turísticas*. Plural (São Paulo. Online), 23 (2), 94-117.
- Allis, T; Moraes, C. M. DOS S; Sheller, M. (2020). Revisitando as mobilidades turísticas. *REVISTA TURISMO EM ANÁLISE*, 31(2), 271-295.
- Almeida, P. F. de (org.). (2016). *Territórios de Ururay*. São Paulo: Movimento Cultural da Penha.
- Caldeira, T. (2011). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- Carlos, A. F. A.; Volochko, D.; Alvarez, I. A. P. (org.). (2015). *A cidade como negócio*. 1. ed. São Paulo: Contexto, p. 43-64.
- Carlos, E.; Dowbor, M.; Albuquerque, M. DO C. A. (2017). Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *CIVITAS: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (IMPRESSO)*, v. 17, p. 360-378.
- D'andrea, T. P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Diani, M. (2015). Revisando el concepto de movimiento social. Encrucijadas. Revista Critica de Ciencias Sociales 9, 1-16.
- Duarte, M. D; Costa, L. F.; Darviche, Y. (2017). Sesmaria de passarinhos: a zona leste, o Grupo Ururay e a dimensão social do patrimônio. *REVISTA CPC (USP)*, 24, 195-205.
- Fórum de cultura da Zona Leste. (2019). *Nenhum passo atrás*. São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital.
- Freire-Medeiros, B.; Telles, V. S.; Allis, T. (2018). Por uma teoria social on the move. *TEMPO SOCIAL (ONLINE)*, 30(2), 1-16.
- Freire-Medeiros, Bianca; Name, L. (2019). *Epistemologia da Laje*. Tempo Social, 31(1), 153-172.
- Frúgoli Jr., H.; SKLAIR, J. (2009). O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social (Impresa)*, 30, 119-136.
- Frúgoli Jr., H. (2018). Ativismos Urbanos Em São Paulo. *Caderno CRH*. v. 31(82), 75-86.
- Geertz, C. (2012). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gohn, M. G. (2014). *Teorias dos movimentos sociais*, 11. ed. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes*. Londres: Verso.
- Higgins-Desbiolles, F. (2020). *Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19*. Tourism Geographies, 22(3), 610-623.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (org.). (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 108-121.
- Kowarick, L. e Bonduki, N. (1994). Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: Kowarick, L. e ANT, C. (orgs.) *As Lutas Sociais e a Cidade – São Paulo: passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Magnani, J. G. C. (2003). *A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole*. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 15(1), 81-95.
- Magnani, J. G. C. (2012). *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome.

- Magnani, J. G. C. (2013). *Da periferia ao centro, cá e lá: seguindo trajetos, construindo circuitos*. Anuário Antropológico, 38(2), 53-72.
- Magnani, J. G. C. (2014). O circuito: proposta de delimitação da categoria. *Ponto Urbe* (USP), 15, 7-14.
- Magnani, J. G. C. (2018). Patrimônio cultural urbano, de perto e dentro: uma aproximação etnográfica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 37, 307-329.
- Magnani, J. G. C.; Spaggiari, I. (Org.). (2018). *Lazer, de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. 1. ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo.
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of MultiSited Ethnography Author(s): George E. Marcus. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- Martins, A. B. M. (2016). Turismo, conservação do patrimônio e geração de oportunidades da Zona Leste da cidade de São Paulo. In: ALMEIDA, P. F. de (org.). *Territórios de Ururay*. São Paulo: Movimento Cultural da Penha.
- Mendonça, T. C. M.; Moraes, E. A. ; Catarcione, F. L. C. (2016). Turismo de base comunitária na região da Costa Verde: refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. *Caderno Virtual de Turismo* (UFRJ), 16(2), p. 232-248.
- Milano, C. (2018). Overtourism, malestar social y turismofobia. Un debate controvertido. *Pasos on line*, 16(3). p. 551-564.
- Mobilidades na Periferia: Caminhada das Quebradas. (2020) Entrevistadores: Ester Paixão, Lara Dantas, Leia França, Mayra Ximenes, Samy Castro e Sofia Laura. Turismo e Mobilidades (Thiago Allis), Novembro de 2020. Podcast. EACH-USP. (2020).. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4LWYORTpejQFtAlpVKjQix>. Acesso em 18 de fevereiro de 2021.
- Moraes, E. A. de; Irving, M. A.; Santos, J. S. C.; Santos, H. Q. S.; Pinto, M. C. 2016. *Redes de turismo de base comunitária: reflexões no contexto latino-americano*. REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO, 9(6), p. 612-623.
- Nito, M. K. S.; Scifoni, S. (2017). O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 5, p. 38-49.
- Nito, M. K. Da S.; Scifoni, S. (2018). Ativismo urbano e patrimônio cultural. *Arq.Urb*, 23, p. 82-94.
- Núñez, E. B. (2017). El enclave turístico y la imagen del “buen salvaje” americano Un abordaje iconográfico. *Estud. perspect. tur.* [online]. 26(4), 760-780.
- Núñez, E. B. (2016) Ciudades Amuralladas del Siglo XXI: producción del espacio y colonialidad en el turismo de playa intramuros en Guanacaste, Costa Rica. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 2(1), 71-83.
- Pacheco, R. T. B. (2016). Lazer e cidades: protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, 2, p. 92-103.
- Pronovost, G. Introdução à sociologia do lazer. São Paulo: Editora Senac: São Paulo. 2011.
- Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de São Paulo. (2019). Política de Turismo da Cidade de São Paulo da Secretaria de Turismo de São Paulo. Disponível em: <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/politica-municipal-turismo>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- Raimundo, S. L. (2017). *Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada*. (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rede de Paulista de Educação Patrimonial. (2019). *Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação*. 2019. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo.
- Rede de Paulista de Educação Patrimonial. (2020). *Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural*. Youtube, 21/07/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJzyNHCEYI>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.
- Rede de Paulista de Educação Patrimonial. (2020). “Turismo, movimentos sociais e patrimônio cultural”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnJzyNHCEYI>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.

- Rifiotis, T. (2012). Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), 12(3), p. 566-578.
- Saldana, J. 2009 *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. London: SAGE Publications Ltd.
- Santos, C. J. F. dos. (2020). Indígenas Identidades Paulistas. In: Organizadores: COSTA, Paulo de Freitas, Costa, Ana Cristina Moutela. “*Cadernos da Casa Museu Ema Klabin*”; v. 2: identidades paulistanas”. São Paulo: Fundação Cultural Ema Klabin.
- Santos, B. de S.; Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Almedina,.
- Scifoni, S. (2008). *A construção do patrimônio natural*. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 199p.
- Scifoni, S. (2013). *Patrimônio cultural e lutas sociais*. Espaço e Geografia (UnB), 16(2), p. 517-530.
- Scifoni, S. (2015). O patrimônio como negócio. In: Carlos, A. F. A.; Volochko, D.; Alvarez, I. A. P. (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto.
- Secretaria de Turismo de São Paulo. (2020). Política de Turismo da Cidade de São Paulo da Secretaria de Turismo de São Paulo. Disponível em: <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/politica-municipal-turismo>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- Segata, J. (2014). A Etnografia como Promessa e o “Efeito Latour” no Campo da Cibercultura. *Ilha - Revista de Antropologia*, 16(2), p. 069-95.
- SESC São Paulo. (2020a). Ideias – coletivos culturais - Ações em territórios durante a pandemia” realizado pelo canal do SESC São Paulo. Em 16 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvhjURhz8ys>. Acesso em 15/02/2021
- SESC São Paulo. (2020b). *Cartografias do (in)visível: Turismo, Memória e Ação Educativa*. Youtube, 20/10/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sqmURrNK7KE>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- Sheller, M. & Urry, J. (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, 38 (2): 207-26.
- Soares, L. S. (2015). O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano. In: CARLOS, A. F. A.; Volochko, D.; Alvarez, I. A. P. (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto.
- Soró, J. (2019). Nossa teoria é a prática. In: FÓRUM DE CULTURA DA ZONA LESTE. *Nenhum passo atrás*. São Paulo: Forma Certa Gráfica Digital.
- Urry, J. (1996). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel.
- Veal, A. J. (2011). *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph.

NOTAS

Contribuição dos autores: Paulo Tácio Aires Ferreira: aprofundamento teórico e metodológico, trabalho de campo, coleta, análise de dados e considerações finais.

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco: aprofundamento teórico e metodológico, análise de dados e considerações finais.